

Direito Constitucional

Título II - Capítulos I

Questão 1: VUNESP - AFR SP/SEFAZ SP/Auditoria Fiscal/2002

De acordo com a Constituição Federal, é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo

- a) Em qualquer caso, por ordem judicial.
- b) Em qualquer caso, por ordem judicial ou por decisão proferida em processo administrativo que assegure a defesa do interessado.
- c) No caso da correspondência, por ordem judicial, para fins de investigação de crimes contra o patrimônio Público.
- d) No caso das comunicações telefônicas, por ordem judicial, para fins de investigação de paternidade ou para investigação de crimes contra o patrimônio Público.
- e) No caso das comunicações telefônicas, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Questão 2: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.
- b) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) É assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado, em qualquer hipótese, o sigilo da fonte.
- d) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida, previamente, a devida autorização do órgão competente.
- e) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Questão 3: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

A Constituição Federal Brasileira

- a) veda a proteção legal aos locais de cultos religiosos.
- b) impede que haja prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- c) não contempla em seu texto a possibilidade de certos crimes serem tidos como inafiançáveis.
- d) não permite a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- e) veda a imposição legal da pena de interdição de direitos.

Questão 4: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Assinale a alternativa que está, expressamente, de acordo com o texto da Constituição Federal.

- a) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) Conceder-se-á habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de terceiros, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter privado.
- c) São gratuitas as ações de habeas corpus e mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- d) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a célere decisão do processo e os meios que garantam a igualdade de sua tramitação.
- e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Questão 5: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Conforme o que estabelece expressamente a Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas

- a) cujo sigilo tenha sido decretado pela autoridade administrativa competente.
- b) relativas a direitos individuais indisponíveis.
- c) de interesse exclusivo da Administração Pública.
- d) cujo interesse esteja relacionado à segurança ou à saúde públicas.
- e) cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Questão 6: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

O direito à associação, previsto constitucionalmente como um direito fundamental, pode ser caracterizado pela

- a) liberdade de associação, pois ninguém poderá ser compelido a se associar ou a se manter associado.
- b) não intervenção estatal no funcionamento das associações, sendo necessária autorização para a constituição de cooperativas.
- c) possibilidade de dissolução de uma associação, por procedimento judicial ou administrativo.
- d) licitude do objeto da associação, admitindo-se a constituição de associações que possuam caráter paramilitar.
- e) transitoriedade, já que a associação deverá ter caráter transitório, pacífico e realizar-se em local público.

Questão 7: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2007

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 5.º que haverá penas

- a) de morte nos casos de guerra declarada.
- b) de caráter perpétuo.
- c) de trabalhos forçados.
- d) de banimento.
- e) cruéis.

Questão 8: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

O artigo 5.º da Constituição Federal prevê que

- a) a lei penal não retroagirá, nem mesmo para beneficiar o réu.
- b) será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- c) são gratuitas as ações de habeas corpus e mandado de segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- d) haverá júízo ou tribunal de exceção.
- e) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

Questão 9: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

É livre a associação profissional ou sindical, sendo correto afirmar que

- a) em regra, a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.

b) é permitida a criação de mais de uma organização sindical e, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

c) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

d) o aposentado filiado tem o direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.

e) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões administrativas.

Questão 10: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

O direito de petição

a) depende do pagamento de taxas.

b) é exercido para a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

c) não pode ser exercido em face do Poder Executivo.

d) foi abolido com a Constituição de 1988.

e) não é assegurado aos estrangeiros, ainda que residentes no Brasil.

Questão 11: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2006

A Constituição brasileira em vigor admite a

a) pena de morte, desde que criada por lei complementar federal.

b) restrição, por lei, da publicidade dos atos processuais, quando a defesa da intimidade o exigir.

c) pena de trabalhos forçados para aqueles condenados por crimes hediondos.

d) extradição do brasileiro nato, por crime político ou de opinião.

e) prisão civil por dívida, ressalvado o caso do depositário infiel.

Questão 12: VUNESP - OJ (TJ SP)/TJ SP/2009

É correto afirmar que

a) a lei penal não retroagirá, mesmo para beneficiar o réu.

b) haverá tribunal de exceção.

c) é assegurado a todos o acesso à informação, mas não o sigilo da fonte.

- d) será concedida a extradição de estrangeiro, desde que o crime seja político.
- e) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.

Questão 13: VUNESP - ETJ (TJM SP)/TJM SP/2011

Nos termos do quanto determina o inc. XI do art. 5.º da Constituição da República Federativa do Brasil, "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de

- a) flagrante delito ou desastre".
- b) perseguição que se segue a delito em estado de flagrância".
- c) flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, em qualquer horário, por determinação judicial".
- d) flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial".
- e) flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial transitada em julgado".

Questão 14: VUNESP - OJ (TJM SP)/TJM SP/2011

Determina expressamente o inc. IX do art. 5.º da Constituição da República Federativa do Brasil, que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação,

- a) mediante prévia obtenção de licença.
- b) mediante prévia análise do órgão censor.
- c) independentemente de censura ou licença.
- d) mediante prévia aprovação por órgão catalogador.
- e) independentemente de censura com relação às três primeiras atividades e mediante licença com relação à última.

Questão 15: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

Assinale a alternativa que contempla corretamente um direito garantido expressamente pela Constituição Federal.

- a) Inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) Inviolabilidade do domicílio, impedindo que alguém nele possa entrar sem consentimento do morador, salvo para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.
- c) Livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da lei, da proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

d) Direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtida prévia autorização do poder público e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

e) Manifestação livre do pensamento, com respectiva garantia do anonimato.

Questão 16: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

Analise as seguintes afirmativas:

I. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante indenização a ser paga em títulos da dívida pública, resgatáveis em até vinte anos, ressalvados os casos previstos na Constituição.

II. A pequena ou média propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

III. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

IV. A prática do racismo constitui crime hediondo, inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

Considerando-se o disposto na Constituição Federal, está correto o que se afirma, apenas, em

- a) III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II.
- e) I e II.

Questão 17: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

Segundo o que estabelece a Carta Magna Brasileira, para que um tratado internacional seja considerado equivalente à emenda constitucional, é necessário que

- a) seja assinado pelo Chefe do Poder Executivo, ratificado por ambas as Casas do Congresso Nacional e, independentemente da sua matéria, que seja aprovado em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- b) seja sobre direitos humanos e que tenha sido aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) tenha sido aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, independentemente da matéria que ele trate.
- d) seja devidamente aprovado pelo Congresso Nacional, ratificado pelo Poder Executivo e incorporado à Constituição Federal, independentemente da matéria que ele trate.
- e) o Supremo Tribunal Federal reconheça a sua compatibilidade com o texto constitucional por meio do julgamento de Ação Declaratória da Constitucionalidade.

Questão 18: VUNESP - PB (BNDES)/BNDES/Direito - Advogado de Empresa/2002

Se a Constituição Federal afirma, peremptoriamente, que "ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" (art. 5º, inc. II), tem-se que, no Direito Constitucional brasileiro,

- a) há plena liberdade, para o indivíduo e para o Estado, de fazer tudo o que não for expressamente proibido por lei.
- b) apenas a criação de deveres (obrigações) depende de lei, sendo que a criação de direitos é franqueada ao Poder Executivo, por meio de decretos.
- c) o Chefe do Poder Executivo jamais poderá, validamente, editar qualquer ato normativo geral e abstrato que crie obrigações para os indivíduos.
- d) as obrigações devem ser criadas, necessariamente, por meio de lei ordinária.
- e) os decretos do Presidente da República devem ser mera explicitação de leis editadas pelo Congresso Nacional.

Questão 19: VUNESP - PB (BNDES)/BNDES/Direito - Advogado de Empresa/2001

A suspensão de atividades e a dissolução compulsórias de uma associação privada legalmente constituída

- a) são vedadas pela Constituição Federal.
- b) podem ocorrer por decisão de autoridade policial.
- c) dependem, necessariamente, de decisão judicial, ainda que liminar.
- d) dependem, necessariamente, de decisão judicial, exigindo-se ainda o trânsito em julgado em se tratando da hipótese de dissolução.

e) dependem, necessariamente, de decisão judicial transitada em julgado.

Questão 20: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2011

Analise as seguintes afirmativas:

I. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no primeiro caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

II. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

III. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.

IV. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Está correto somente o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

Questão 21: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2012

Considerando os direitos fundamentais previstos na Carta Magna brasileira vigente, analise as seguintes disposições:

I. todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à Administração Pública;

II. a prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

III. nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado depois da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

IV. conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Está correto somente o que se afirma em

- a) II.
- b) IV.
- c) I e II.
- d) III e IV.

Questão 22: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2010

Conforme a Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) em obediência ao princípio do Estado laico, nas entidades militares de internação coletiva, a Constituição veda a prestação de qualquer tipo de assistência ou manifestações religiosas.
- b) uma das possibilidades de quebra do princípio da inviolabilidade de domicílio previstas na Constituição é o cumprimento, durante o dia ou à noite, de determinação judicial.
- c) a criação de associações independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- d) a pequena propriedade urbana, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora.
- e) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

Questão 23: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2010

Pela Carta Magna Brasileira, não há óbice a que a lei estabeleça fiança para o seguinte delito:

- a) terrorismo.

- b) infanticídio.
- c) prática do racismo.
- d) ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- e) tráfico ilícito de entorpecentes.

Questão 24: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2010

João foi preso pela autoridade policial em decorrência do não pagamento de pensão alimentícia. Antônio, brasileiro naturalizado, por sua vez, foi preso em flagrante pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes. Considerando os direitos constitucionais de João e Antônio, pode-se afirmar que:

- a) João tem o direito de pleitear sua soltura imediata, uma vez que no direito brasileiro ninguém pode ser preso por dívidas.
- b) Antônio, por ser naturalizado no Brasil, não poderá ser extraditado para o seu país de origem pelo crime que cometeu.
- c) Antônio tem o direito de requerer o arbitramento de fiança em relação ao crime que cometeu, para ganhar a sua liberdade.
- d) João tem o direito de exigir que não seja levado à mesma cela que os demais criminosos, considerando que a Constituição lhe garante sala especial em função do tipo de crime pelo qual foi preso.
- e) Ambos têm o direito de exigir a identificação dos responsáveis pela sua prisão.

Questão 25: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2013

Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- a) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- b) A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade, o sexo e o grau de escolaridade do apenado.
- c) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei de seus países de origem.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse e desenvolvimento tecnológico das empresas.
- e) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a multa, imposta em processo criminal, ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executada, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Questão 26: VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa cujo conteúdo corresponde a um direito ou garantia fundamental previsto expressamente no texto constitucional.

- a) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- b) Não haverá juízo ou tribunal de exceção, exceto quando se tratar de crime hediondo, inafiançável ou imprescritível, na forma da lei.
- c) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade policial competente.
- d) A lei penal não retroagirá, salvo quando for para punir o réu.
- e) Não poderá haver penas de morte, cruéis ou de interdição de direitos individuais.

Questão 27: VUNESP - Inv Pol (PC SP)/PC SP/2013

Sansão Herculano, brasileiro, médico veterinário, maior de idade, foi preso em flagrante delito e levado à Delegacia de Polícia. Segundo o que estabelece a Constituição Federal, Sansão tem os seguintes direitos:

- a) a assistência da família e de um advogado, cela especial por ter curso superior e uma ligação telefônica para pessoa por ele indicada.
- b) ser criminalmente identificado, mesmo se possuir identificação civil, cela especial em razão de ter curso superior e assistência de um advogado.
- c) avistar-se pessoalmente com o promotor de justiça, entrar em contato com uma pessoa da família ou quem ele indicar e assistência de um advogado ou defensor público.
- d) relaxamento imediato de sua prisão se ela foi ilegal, permanecer calado e cela especial privativa.
- e) permanecer calado, identificação dos responsáveis por sua prisão e que o juiz e sua família sejam imediatamente comunicados sobre sua prisão.

Questão 28: VUNESP - DP MS/DPE MS/2008

Considerando as diversas formas de expressão da liberdade individual garantida pelo texto constitucional, é correto afirmar que

- a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, exigida apenas a prévia autorização da autoridade competente.
- b) a prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- c) não haverá penas, entre outras, de morte, de caráter perpétuo, de interdição de direitos e de banimento.

d) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a decretação do perdimento de bens poderá ser estendida aos sucessores, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Questão 29: VUNESP - DP MS/DPE MS/2008

Assinale a alternativa que contempla corretamente um direito ou garantia constitucional.

- a) Garantia, na forma da lei, do direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas.
- b) Direito de não ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente, mesmo no caso de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- c) Garantia, na forma da lei, da gratuidade ao registro civil de nascimento, à certidão de óbito e às ações de habeas corpus e habeas data, exclusivamente àqueles que forem reconhecidamente pobres.
- d) Garantia ao brasileiro, nato ou naturalizado, de que não será extraditado por crime comum.

Questão 30: VUNESP - DP MS/DPE MS/2008

Considerando o entendimento do STF, assinale a alternativa que representa situação de inconstitucional violação a algum tipo de sigilo protegido pela Constituição Federal de 1988.

- a) Compartilhamento de informações e elementos, lícitamente obtidos, constantes dos autos do inquérito de investigação criminal para subsidiar procedimento administrativo disciplinar movido contra o parlamentar na Câmara dos Deputados, a pedido da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
- b) Juntada de comprovante de consulta a órgão de proteção ao crédito em processo judicial, tornando-a pública, com o propósito de impedir, modificar e extinguir direito da parte adversa no feito.
- c) Quebra do sigilo telefônico por meio de gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, ou com sua autorização, sem ciência do outro, quando há investida criminoso deste último.
- d) Quebra de sigilo bancário de membros do Congresso Nacional, por ordem decretada por Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no âmbito do inquérito policial instaurado contra deputados federais para apuração de crime eleitoral.

Questão 31: VUNESP - DP MS/DPE MS/2012

Tércio cometeu o crime de tráfico ilícito de entorpecentes e Romeu, o de racismo. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) Tércio cometeu delito inafiançável e está sujeito à pena de reclusão e Romeu, um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- b) ambos cometeram crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

- c) ambos cometeram crime hediondo, inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
- d) Tércio cometeu crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia e Romeu, um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

Questão 32: VUNESP - Proc (UNICAMP)/UNICAMP/Nível I/2014

No tocante aos direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal estabelece que

- a) as associações somente podem ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- b) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à Administração Pública direta ou indireta.
- c) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- d) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor dos danos causados.
- e) não haverá penas: de morte, salvo em caso de guerra declarada; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de interdição de direitos; de banimento; e cruéis.

Questão 33: VUNESP - Proc (UNICAMP)/UNICAMP/Nível I/2014

Nos termos da Constituição Federal, tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo:

- a) qualquer organização sindical legalmente constituída, independentemente de quando tenha sido criada, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- b) entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há pelos menos dois anos.
- c) qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus associados.
- d) qualquer partido político, desde que legalmente constituído há pelo menos dois anos.
- e) partido político com representação nas Assembleias Legislativas de pelo menos três Estados da Federação.

Questão 34: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2007

À leitura de aspectos da Emenda Constitucional n.º 45, de 08.12.2004, aponte a assertiva incorreta.

a) Como direito fundamental, a Constituição assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

b) A distribuição de processos não será imediata, em todos os graus de jurisdição.

c) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, aprovar súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais Órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta.

d) Compete à Justiça especializada processar e julgar as ações reparatorias por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

Questão 35: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2009

Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos celebrados pelo Brasil

a) serão imediatamente incorporados ao direito nacional, com a natureza de emenda constitucional.

b) equivalerão às emendas constitucionais quando forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

c) vigerão, no Brasil, após o exequatur do Supremo Tribunal Federal.

d) equivalerão às emendas constitucionais quando aprovados pelo Senado Federal, em dois turnos, pela maioria absoluta dos seus membros.

Questão 36: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2014

A Constituição Federal, na parte em que trata dos direitos e garantias fundamentais, especificamente nos direitos e deveres individuais e coletivos, estabelece a gratuidade para os reconhecidamente pobres, na forma da lei,

a) somente do registro civil de nascimento e da certidão de casamento.

b) somente do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.

c) somente da certidão de óbito.

d) somente do registro civil de nascimento.

Questão 37: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2014

A Constituição Federal protege a casa do indivíduo, considerando-a asilo inviolável, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador. Tal afirmação está

a) totalmente correta.

b) parcialmente correta, visto que a própria Constituição Federal prevê as seguintes exceções a essa regra: hipóteses de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

c) parcialmente correta, visto que a própria Constituição Federal prevê as seguintes exceções a essa regra: hipóteses de flagrante relacionado a crime hediondo ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

d) parcialmente correta, visto que a própria Constituição Federal prevê as seguintes exceções a essa regra: hipóteses de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, inclusive durante a noite, por determinação judicial.

Questão 38: VUNESP - APOFP SP/SEFAZ SP/2013

A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

a) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular, com o fim de anular ato lesivo ao meio ambiente, ficando sempre o autor isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

b) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que declararem insuficiência de recursos, independentemente de comprovação.

c) O Brasil submete-se à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

d) Todos os tratados e convenções internacionais que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

e) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais dependem de regulamentação legal para sua efetiva aplicação.

Questão 39: VUNESP - Ana Admin (SAP SP)/SAP SP/2011

Conforme o que estabelece a Constituição Federal, é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, ficando assegurada a

a) relativização do direito de defesa.

b) votação aberta ao público.

c) competência do juiz singular para decidir sobre a culpabilidade do réu.

d) competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.

e) a soberania dos veredictos.

Questão 40: VUNESP - Ana Admin (SAP SP)/SAP SP/2011

A Constituição Federal não veda o estabelecimento de fiança para o seguinte crime:

- a) tráfico ilícito de entorpecentes.
- b) terrorismo.
- c) hediondo.
- d) homicídio culposo.
- e) racismo.

Questão 41: VUNESP - Ana Admin (SAP SP)/SAP SP/2011

Assinale a alternativa que está de acordo com o texto expresso da Constituição Federal.

- a) Ninguém será preso preventivamente até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- b) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- c) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.
- d) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo descumprimento de contrato de fiança bancária.
- e) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao promotor de justiça competente e à Defensoria Pública.

Questão 42: VUNESP - Ana Admin (SAP SP)/SAP SP/2011

A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, insculpidos na Constituição da República, pode-se afirmar que

- a) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- b) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de livre-arbítrio.
- c) ninguém será considerado culpado até a publicação de sentença penal condenatória de 1.º grau.
- d) ninguém será preso por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.
- e) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei não admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Questão 43: VUNESP - Ana Admin (SAP SP)/SAP SP/2011

Assinale a alternativa correta, a respeito da inviolabilidade de domicílio, no direito brasileiro.

- a) Só se pode adentrar a casa de alguém com o seu consentimento, durante o dia ou à noite.
- b) Pode-se adentrar a casa de alguém, em caso de flagrante delito, apenas durante o dia.
- c) Pode-se adentrar a casa de alguém, mediante determinação judicial, durante o dia ou à noite.

d) Não se pode adentrar a casa de alguém, durante o dia ou à noite, em caso de desastre ou para prestar socorro, sem o consentimento do morador.

e) Pode-se adentrar a casa de alguém, mediante determinação judicial, durante o dia.

Questão 44: VUNESP - Exec Pub (SAP SP)/SAP SP/2014

Sobre a pena de morte no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que

a) ela é aplicável a condenados reincidentes nos crimes de latrocínio ou estupro seguido de morte.

b) ela só é aplicável em caso de guerra declarada.

c) a Constituição permite sua aplicação em casos de terrorismo transnacional.

d) ela é aplicável a crimes militares em tempo de paz ou de guerra.

e) a Constituição não permite sua aplicação em nenhuma hipótese.

Questão 45: VUNESP - Ana (DESENVOLVE)/DESENVOLVE SP/Grupo 01/2014

Entre os direitos e garantias expressos no art. 5.º da Constituição Federal, encontra-se a previsão de que

a) qualquer pessoa terá direito de petição aos Poderes Públicos, mediante pagamento de taxa.

b) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

c) os autores gozarão de privilégio ilimitado na utilização de seus inventos industriais.

d) é possível a interceptação de comunicações telefônicas para fins cíveis e criminais.

e) aos autores pertence o direito exclusivo de reprodução de suas obras por cem anos.

Questão 46: VUNESP - Ana Tec Leg (CMSJC)/CM SJC/Designer Gráfico/2014

À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que

a) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, mediante motivação, e desde que haja interesse público no fornecimento da informação.

b) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sendo vedado ao Estado negar tal direito mediante a alegação de que o sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

c) é a todos assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

d) é a todos assegurado, mediante o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

e) é a todos assegurada, mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos de caráter geral.

Questão 47: VUNESP - GCM (Pref SP)/Pref SP/2013

Sobre o direito de reunião, prevê o art. 5.º, inciso XVI, da Constituição Federal, que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público,

a) independentemente de autorização ou de qualquer aviso prévio, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o local.

b) mediante autorização exarada por autoridade designada pelo Prefeito Municipal, sendo obrigatório dar ciência do evento à Polícia Militar e à autoridade de trânsito.

c) independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

d) mediante autorização prévia e comunicação à autoridade competente, que não possui o dever de informar se há outra reunião convocada para o mesmo local.

e) independentemente de autorização, aviso prévio ou qualquer consideração por outra reunião que esteja convocada para aquele local, devendo os promotores de cada reunião decidirem como se dará o uso do local público, de forma simultânea ou sucessiva.

Questão 48: VUNESP - GCM (Pref SP)/Pref SP/2013

Criminoso em fuga adentra uma casa em busca de refúgio da perseguição. Como já era madrugada, o criminoso desperta atenção pelo barulho provocado e é flagrado pelos moradores. Buscando distrair a todos, atea fogo à casa e se evade. Um transeunte, que percebe o incêndio que se alastra,

a) não poderá adentrar o imóvel, pois somente poderia fazê-lo durante o dia, desde que contasse com o consentimento do morador.

b) poderá adentrar o imóvel, desde que haja autorização dos moradores, ainda que sua intenção seja prestar socorro.

c) não poderá adentrar o imóvel, pois mesmo que buscasse prestar socorro, somente é possível a entrada de pessoa cuja função pública seja afastar o perigo, como o bombeiro.

d) poderá adentrar o imóvel, sem configurar violação de domicílio, mesmo sem consentimento do morador, se sua intenção for prestar socorro.

e) não poderá adentrar o imóvel, já que, com a evasão do criminoso do local, não há mais flagrante delito, única hipótese que dispensa o consentimento do morador.

Questão 49: VUNESP - GCM (Pref SP)/Pref SP/2013

A Constituição Federal prevê, como instrumento de proteção, uma ação judicial que se manifesta pelo(a)

- a) concessão de habeas-corpus sempre que alguém sofrer ou for ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- c) livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- d) livre locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- e) livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Questão 50: VUNESP - Ass TL (CMSC)/CM SC/2013

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, podendo porém ser objeto de censura pelo poder público.
- b) é inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem judicial em caso de investigação criminal ou administrativa.
- c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- d) é inviolável o sigilo das comunicações de dados, salvo por ordem do Ministério Público em caso de processo judicial.
- e) é livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.

Questão 51: VUNESP - Ass TL (CMSC)/CM SC/2013

São, entre outros, remédios constitucionais previstos na Constituição Federal:

- a) habeas corpus, mandado de segurança e plebiscito.
- b) mandado de segurança, ação popular e direito de petição.
- c) ação popular, habeas data e direito de resposta.
- d) inquérito civil, habeas data e ação popular.

e) direito de petição, habeas corpus e direito de resposta.

Questão 52: VUNESP - Ass Imp (CMSC)/CM SC/2013

Para o exercício da cidadania plena, a Constituição Federal, entre outros direitos, garante que

- a) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa que não estiver estipulada em contrato firmado entre as partes.
- b) a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas, poderá ser quebrada por ordem policial.
- c) nenhum brasileiro nato ou naturalizado será extraditado. A extradição de estrangeiros residentes no país será concedida por crime político ou de opinião.
- d) são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data desde que o requerimento não seja motivado por condenação política.
- e) é assegurado a todos o acesso à informação, resguardando-se o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Questão 53: VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2014

Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

- a) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- b) Conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- c) A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a privação ou a restrição da liberdade, a perda de bens e o banimento.
- d) Constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis o racismo, a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e os definidos como crimes hediondos.
- e) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento com terrorismo.

Questão 54: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

Quanto às garantias constitucionais e à privação da liberdade, assinale a alternativa correta.

- a) Conceder-se-á habeas corpus sempre que a lei admitir a liberdade provisória.

b) O preso será informado de seus direitos, dentre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a remoção para estabelecimento perto de sua família.

c) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, exceto nos crimes inafiançáveis.

d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados no primeiro dia útil ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

e) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Questão 55: VUNESP - Med Leg (PC SP)/PC SP/2014

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU em 1948, assevera que: “toda pessoa tem o direito à liberdade de locomoção”. Nesse sentido, é correto afirmar que esse direito é garantido pela Constituição Federal brasileira por meio do(a)

a) habeas data.

b) inquérito policial.

c) mandado de segurança.

d) habeas corpus.

e) ação popular.

Questão 56: VUNESP - Foto TP (PC SP)/PC SP/2014

É livre a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas que independem de autorização, sendo ainda, consoante o inciso XVIII do artigo 5.º da CF, vedada quanto a seu funcionamento a

a) natureza de caráter paramilitar.

b) suspensão das atividades.

c) obrigação de permanecer associado.

d) dissolução compulsória.

e) interferência estatal.

Questão 57: VUNESP - At NP (PC SP)/PC SP/2013

Assegura a Constituição Federal

a) que não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, ainda que esta não seja intentada no prazo legal.

- b) a possibilidade de extradição de brasileiro nato, em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.
- c) que não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- d) que ninguém será considerado culpado até a sentença penal condenatória de primeiro grau.
- e) a adoção de pena de trabalhos forçados, nos casos que especifica.

Questão 58: VUNESP - At NP (PC SP)/PC SP/2013

Segundo determina a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às

- a) medidas provisórias.
- b) emendas constitucionais.
- c) leis complementares.
- d) leis ordinárias.
- e) leis delegadas.

Questão 59: VUNESP - Aux Nec (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa cujo texto esteja em consonância com as disposições constitucionais no que respeita aos direitos e deveres individuais e coletivos.

- a) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- b) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- c) Por crime político ou de opinião, será concedida a extradição de estrangeiro.
- d) É plena a liberdade de associação, para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- e) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, na dependência de prévia censura ou licença.

Questão 60: VUNESP - APP (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa que está em consonância com o texto da Constituição Federal Brasileira.

- a) O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.

b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo censura ou necessidade de prévia licença.

c) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.

d) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, não podendo a lei estabelecer restrições quanto às qualificações profissionais.

e) É plena a liberdade de associação, independentemente de sua finalidade e ainda que de caráter paramilitar.

Questão 61: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

A Constituição Federal estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.” Esse é o denominado princípio constitucional do(a)

a) moralidade.

b) legalidade.

c) isonomia.

d) lealdade.

e) igualdade.

Questão 62: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

No que se refere à liberdade religiosa, é correto afirmar que a Constituição Federal

a) não estabelece qualquer regra sobre essa matéria, permitindo total e irrestrita liberdade de religião.

b) estabelece a proteção a todas as religiões de forma irrestrita e impede que o Estado exerça qualquer tipo de fiscalização sobre os locais de culto.

c) protege e assegura toda e qualquer manifestação religiosa, sendo a religião Católica Apostólica Romana considerada a religião oficial do Estado brasileiro.

d) assegura o livre exercício dos cultos e garante, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

e) assegura a proteção às manifestações religiosas, devendo o Estado fomentar as religiões e subsidiar os templos e locais de culto.

Questão 63: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

Perseu, oficial de justiça, foi cumprir mandado de busca e apreensão na residência de Hércules. Tendo chegado à casa de Hércules às 20 horas para cumprir a ordem judicial, este não permitiu que Perseu entrasse em sua residência.

Considerando esses fatos, bem como o que dispõe a Constituição Federal sobre a inviolabilidade do domicílio, é correto afirmar que

- a) Perseu não poderia, realmente, adentrar ao domicílio de Hércules naquele horário, já que o domicílio somente pode ser penetrado, à noite, sem o consentimento do morador, em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
- b) a negativa de Hércules baseia-se na regra de que o domicílio é absolutamente inviolável, não podendo ser penetrado, sem o consentimento do morador, de dia ou de noite, em qualquer hipótese.
- c) Hércules não poderia impedir a entrada de Perseu em sua casa naquele horário, tendo em vista que este estava de posse de um mandado judicial.
- d) a Constituição não autoriza que o domicílio seja penetrado, sem o consentimento do morador, para cumprir uma ordem judicial, seja de noite ou de dia.
- e) Perseu poderia, legalmente, adentrar na residência de Hércules, ainda que sem o seu consentimento, para cumprir o mandado judicial naquele horário.

Questão 64: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

O texto constitucional dispõe que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social. Nessa hipótese, ressalvados os casos previstos na própria Constituição, o proprietário do bem desapropriado terá direito

- a) à indenização a ser paga em títulos da dívida pública, resgatáveis no prazo de até vinte anos.
- b) a receber indenização em créditos de impostos.
- c) à justa e prévia indenização em dinheiro.
- d) a receber do poder público outro bem de igual valor.
- e) à indenização em dinheiro a ser paga somente após cinco anos da transferência do bem para o poder público.

Questão 65: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

Conforme reza a Constituição da República, a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida é do(a)

- a) juizado especial federal.
- b) júri.
- c) Juiz criminal de primeira instância.
- d) justiça militar.
- e) Ministério Público.

Questão 66: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

No direito brasileiro, é vedada a pena de

- a) suspensão ou interdição de direitos.
- b) perda de bens.
- c) trabalhos forçados.
- d) privação da liberdade.
- e) restrição da liberdade.

Questão 67: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

Segundo a Constituição Federal, para que alguém seja considerado culpado é suficiente

- a) condenação recorrível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- b) sentença judicial criminal de primeira instância recorrível.
- c) decisão unânime do tribunal do júri da qual ainda caiba recurso.
- d) denúncia do Ministério Público recebida pelo Poder Judiciário.
- e) sentença penal condenatória transitada em julgado.

Questão 68: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado, dentre outros requerentes, por

- a) qualquer pessoa.
- b) partido político com representação no Congresso Nacional.
- c) Juiz.
- d) cidadão brasileiro.
- e) Promotor de Justiça.

Questão 69: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

O remédio constitucional que tem por objetivo tutelar o direito de locomoção é o(a)

- a) mandado de injunção.
- b) mandado de segurança.
- c) ação popular.
- d) habeas corpus.
- e) habeas data.

Questão 70: VUNESP - PP (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa cujo conteúdo se encontra em consonância com o texto expresso da Constituição Federal brasileira.

- a) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de expressa autorização do poder público, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento quando necessária para resguardar a segurança da sociedade e do Estado.
- b) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo quando expressamente autorizadas pela autoridade policial ou judiciária.
- c) Na hipótese de prisão em flagrante ou decorrente de mandado judicial, o preso será obrigatoriamente submetido à identificação criminal, mesmo que identificado civilmente.
- d) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou de decreto do Poder Executivo.
- e) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Questão 71: VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa cuja afirmação está, expressamente, de acordo com a Constituição Federal brasileira.

- a) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, em ambos os casos, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal.
- b) A lei penal não retroagirá, salvo para punir o réu nos casos de cometimento de crime hediondo ou de racismo.
- c) Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
- d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.
- e) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que prévia e devidamente autorizado pela autoridade competente e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

Questão 72: VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2013

Analise as seguintes afirmativas e classifique cada uma como falsa (F) ou verdadeira (V).

() A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

() Conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

() O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

() Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Assinale a alternativa que corresponde à classificação correta das afirmativas em ordem de apresentação.

a) F, F, V, V.

b) V, F, V, V.

c) V, F, V, F.

d) V, F, F, V.

e) F, V, F, V.

Questão 73: VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

Conforme estabelece a Constituição Federal, o preso tem direitos expressamente previstos no Texto Maior, sendo um deles o seguinte:

a) de ser identificado criminalmente, mesmo se já identificado civilmente.

b) assistência da família.

c) sala especial se tiver curso superior.

d) liberdade mediante fiança, independentemente do crime que cometeu.

e) avistar-se pessoalmente com o Promotor de Justiça.

Questão 74: VUNESP - JE TJPA/TJ PA/2014

O texto constitucional, em seu art. 5.º, caput, prevê expressamente valores ou direitos fundamentais ao ditar literalmente que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito

- a) à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- b) à vida, à liberdade, à segurança, à intimidade e à dignidade.
- c) à vida, à dignidade, à intimidade e à igualdade.
- d) à vida, à liberdade, à fraternidade, à dignidade.
- e) à vida, à liberdade e à intimidade.

Questão 75: VUNESP - Assist (PRODEST)/PRODEST/Organizacional/Administrativa/2014

O artigo 5.º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu caput, que são garantidos “aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito”:

- a) à saúde, à educação, ao trabalho, à moradia e ao lazer.
- b) à alimentação, ao transporte, ao saneamento básico, ao esporte e à assistência social.
- c) à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- d) aos serviços públicos, às políticas públicas, à moralidade pública, à transparência pública e à eficiência do Estado.
- e) à cultura, às artes, à literatura, à informação e ao conhecimento.

Questão 76: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Nos termos da Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais

- a) serão equivalentes às emendas constitucionais se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- b) serão equivalentes às emendas constitucionais se versarem sobre direitos humanos ou não, e forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, pela maioria absoluta dos seus membros.
- c) terão hierarquia infraconstitucional supralegal se versarem sobre direitos humanos ou não, e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
- d) terão hierarquia infraconstitucional supralegal se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

e) terão hierarquia infraconstitucional ordinária se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.

Questão 77: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Levando-se em conta o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo censura ou licença.
- b) É plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter paramilitar, desde que para fins lícitos.
- c) As associações poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial, ainda que não transitada em julgado.
- d) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedado à lei condicioná-lo a qualificações profissionais.
- e) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual civil ou penal.

Questão 78: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Nos termos da Constituição Federal, é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

- a) ao sindicato, cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões administrativas.
- b) a autorização do Estado para a fundação de sindicato será dada nos termos legais, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- c) é facultada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- d) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- e) é obrigatória a participação dos sindicatos em processos disciplinares, na defesa de interesses coletivos ou individuais da categoria.

Questão 79: VUNESP - Ana O (PRODEST)/PRODEST/Administrativa/2014

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou decreto.
- b) é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.

- c) é reconhecida a instituição do júri, que terá competência para julgar os crimes culposos contra a vida.
- d) a lei penal não retroagirá, salvo para punir o réu que cometer crime hediondo ou de tráfico ilícito de entorpecentes.
- e) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Questão 80: VUNESP - Ana O (PRODEST)/PRODEST/Ciências Jurídicas/2014

Segundo a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo

- a) para prestar socorro no caso de desastre, ou durante o dia ou à noite, para cumprimento de ordem judicial.
- b) em caso de flagrante delito, para prestar socorro durante o dia, ou à noite por determinação judicial.
- c) por autorização judicial, ou por ordem do Promotor de Justiça, durante o dia ou à noite.
- d) para cumprimento de ordem judicial, policial ou do Promotor de Justiça e para prestar socorro, durante o dia ou à noite.
- e) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Questão 81: VUNESP - Proc (Pref SJC)/Pref SJC/2012

Conforme o que estabelece a Carta Magna, as associações

- a) não podem ser compulsoriamente dissolvidas.
- b) dependem de autorização para serem criadas.
- c) somente podem ter suas atividades suspensas após trânsito em julgado de decisão judicial.
- d) possuem plena liberdade para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- e) possuem garantia contra a interferência estatal em seu funcionamento.

Questão 82: VUNESP - ATM (Pref SJC)/Pref SJC/Gestão Tributária/2012

Considerando o disposto, expressamente, na Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- b) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, que serão prestadas no prazo da lei, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à Administração Pública.

c) Conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

d) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública resgatáveis em até dez anos.

e) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Questão 83: VUNESP - DP MS/DPE MS/2014

É correto afirmar que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos

a) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.

b) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

c) que forem aprovados, em sessão unicameral pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta, serão equiparados às emendas constitucionais.

d) que forem aprovados pelo Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo serão equivalentes às leis complementares.

Questão 84: VUNESP - DP MS/DPE MS/2014

O Direito Fundamental de Manifestação é consagrado no texto constitucional nos seguintes termos:

a) todos podem reunir-se pacificamente sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ou fechados ao público, independentemente de autorização, mesmo que frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

c) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, mesmo que frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sem a exigência de prévio aviso à autoridade competente.

d) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que previamente autorizados por autoridade competente e que não frustrem outra reunião previamente e anteriormente requerida e convocada para o mesmo local.

Questão 85: VUNESP - GM (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) é livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato.
- b) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- c) é plena a liberdade de associação para fins lícitos e ilícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- d) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- e) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento.

Questão 86: VUNESP - GM (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

Com relação à prisão de qualquer pessoa, a Constituição Federal determina que

- a) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente.
- b) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente à autoridade policial competente e à família do preso.
- c) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- d) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, mas não tem direito à identificação do responsável por seu interrogatório policial.
- e) a prisão ilegal poderá ser convalidada pela autoridade judiciária.

Questão 87: VUNESP - GM (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

Constituem crimes imprescritíveis

- a) o homicídio qualificado e a prática do racismo.
- b) a prática do racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- c) os definidos como hediondos e a prática da tortura.

d) o roubo qualificado e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

e) a prática da tortura e o homicídio qualificado.

Questão 88: VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

São direitos e garantias individuais assegurados aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, nos termos do artigo 5.º da Constituição Federal:

a) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, em qualquer horário, por determinação judicial.

b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que obtido alvará, e que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

c) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública.

d) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

e) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade, o sexo e o nível de escolaridade do apenado.

Questão 89: VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

A Constituição Federal assegura que

a) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

b) não haverá pena de interdição de direitos.

c) a lei considerará os crimes hediondos inafiançáveis e imprescritíveis.

d) não será concedida extradição de estrangeiro por crime comum.

e) a lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.

Questão 90: VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

Quanto aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

a) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados, imediatamente, ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

b) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.

c) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, salvo o preso em flagrante delito.

d) o preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, assegurando-se a estes a proteção necessária.

e) o sigilo das comunicações telefônicas pode ser violado, por ordem policial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal.

Questão 91: VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

De acordo com o texto constitucional, a prática do racismo constitui crime

a) inafiançável, imprescritível, insuscetível de graça ou anistia e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

b) inafiançável, imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

c) inafiançável, imprescritível, insuscetível de graça e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

d) inafiançável, prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

e) inafiançável, imprescritível, insuscetível de anistia e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Questão 92: VUNESP - Esc PC CE/PC CE/2015

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República, é correto afirmar que

a) a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: de trabalhos forçados e suspensão ou interdição de direitos.

b) é reconhecida a instituição do júri, com a competência para o julgamento dos crimes culposos contra a vida.

c) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

d) a lei penal não retroagirá, salvo para punição do réu que tiver cometido crime hediondo.

e) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.

Questão 93: VUNESP - Esc PC CE/PC CE/2015

Assinale a alternativa que contempla hipótese de exceção à regra de que a Constituição Federal não admite a prisão civil por dívidas.

- a) Inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- b) Devedor de obrigação monetária por dívida de jogo.
- c) Responsável civil por obrigação derivada de acidente automobilístico.
- d) Inadimplemento de dívida de fiador de contrato de locação.
- e) Descumprimento de obrigação pecuniária de contrato de financiamento bancário.

Questão 94: VUNESP - Esc PC CE/PC CE/2015

Assinale a alternativa que indica corretamente crimes que, de acordo com o texto constitucional, a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.

- a) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.
- b) A prática da tortura, a posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.
- c) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.
- d) A prática da tortura, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.
- e) A posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o racismo.

Questão 95: VUNESP - Asse Jur (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Considerando o disposto no Texto Constitucional a respeito dos direitos e garantias individuais e coletivos, assinale a alternativa correta.

- a) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de prisão, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- b) É a todos assegurado, mediante o pagamento das respectivas taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- c) Conceder-se-á mandado de injunção para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- d) O partido político sem representação no Congresso Nacional e a organização sindical, entidade de classe ou associação em funcionamento há menos de um ano não poderão impetrar o mandado de segurança coletivo.

e) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Questão 96: VUNESP - Assis Leg (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

- a) a liberdade de consciência pode ser alegada para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- b) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) é plena a liberdade de associações para quaisquer fins.
- d) é obrigatória a associação para que o indivíduo possa gozar dos direitos sociais.
- e) o Estado promoverá a defesa dos comerciantes, na forma da lei.

Questão 97: VUNESP - Assis Leg (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Segundo o que prescreve a Constituição Federal, a liberdade de reunião está condicionada

- a) ao pagamento de taxas.
- b) ao pagamento de tributos estabelecidos pela autoridade policial competente.
- c) à situação política e administrativa da entidade representativa da categoria profissional.
- d) à autorização especial da autoridade competente que determinará hora e local para a reunião.
- e) ao prévio aviso à autoridade competente e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

Questão 98: VUNESP - Assis Leg (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Nos termos da Constituição Federal, são gratuitas as ações de

- a) Mandado de Segurança e atos necessários ao exercício da cidadania.
- b) Mandado de Segurança e Habeas Corpus.
- c) Mandado de Segurança Coletivo e Habeas Data.
- d) Habeas Corpus e Habeas Data.
- e) Mandado de Injunção e Ação Popular.

Questão 99: VUNESP - Dir (CM Caieiras)/CM Caieiras/2015

A Constituição Federal estabelece como regra imperativa a publicidade dos atos processuais. Nesse sentido, é correto afirmar que essa regra

- a) não admite restrições.
- b) admite restrições a serem estabelecidas por decreto.
- c) não admite restrições, a não ser a critério do juiz no caso concreto.
- d) admite restrições legais, sendo uma delas a defesa da intimidade.
- e) admite restrições legais, sendo uma delas o interesse da Administração Pública.

Questão 100: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2014

A Constituição Federal prevê que as penas serão cumpridas

- a) em casa de albergado quando a pena for de interdição temporária de direitos.
- b) em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
- c) integralmente em regime fechado nos casos em que a lei assim prevê.
- d) em penitenciárias de segurança máxima quando se tratar de medida de segurança.
- e) em hospitais psiquiátricos quando se tratar de pessoas inimputáveis e a pena for privativa de liberdade.

Questão 101: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

Sobre os direitos fundamentais previstos no texto constitucional, é correto afirmar que

- a) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- b) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação e até completarem seis anos de idade.
- c) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial ou do Ministério Público, para fins de investigação criminal.
- d) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- e) é expressamente vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

Questão 102: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

Todos são iguais perante a _____, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos _____ residentes no País a _____ do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Assinale a alternativa que contempla, correta e respectivamente, as lacunas do dispositivo constitucional.

- a) lei ... cidadãos ... imutabilidade
- b) legislação ... estrangeiros ... defesa
- c) constituição ... asilados ... defesa
- d) constituição ... cidadãos ... proteção
- e) lei ... estrangeiros ... inviolabilidade

Questão 103: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

Conforme estabelece a Constituição Federal, a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida é do

- a) juiz criminal de primeira instância.
- b) juizado especial criminal.
- c) juiz federal.
- d) júri.
- e) promotor de justiça.

Questão 104: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

São tipos de penas vedadas pela Constituição da República:

- a) de restrição da liberdade e de caráter perpétuo.
- b) punitivas e de interdição de direitos.
- c) de morte e de privação da liberdade.
- d) cruéis e de perda de bens.
- e) de trabalhos forçados e de banimento.

Questão 105: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

A proteção constitucional do direito de locomoção é garantido por meio do

- a) habeas corpus.
- b) habeas data.
- c) mandado de segurança.
- d) ação civil pública.
- e) mandado de injunção.

Questão 106: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Fiscal de Arrecadação/2014

Nos termos da Constituição Federal, é a todos assegurado(a)

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) a liberdade de associação para fins de caráter paramilitar.
- c) o direito de eximir-se de obrigação legal imposta invocando crença religiosa ou convicção filosófica.
- d) o acesso à informação e o sigilo da fonte, independentemente de sua necessidade recair, ou não, sobre o exercício profissional.
- e) a livre expressão da atividade intelectual, artística e científica precedidas de licença.

Questão 107: VUNESP - OFA (TJ PA)/TJ PA/2014

Dentre os direitos e garantias fundamentais, prevê a Constituição Federal de 1988 que

- a) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para fins de instrução processual civil ou penal.
- b) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida pública ou agrária, resgatáveis em prazos de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.
- c) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade.
- d) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- e) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, sendo exigido aviso prévio à autoridade competente, que poderá indeferir o pedido ou fixar outro local para a reunião.

Questão 108: VUNESP - AP (SEJUS ES)/SEJUS ES/2012

O direito de reunião assegurado na Constituição Federal de 1988 contém as seguintes características:

- a) desnecessidade de prévio aviso à autoridade competente; não frustração de outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- b) ocorrência em locais abertos ao público; necessidade de autorização prévia.
- c) finalidade pacífica; participantes com ou sem armas.
- d) finalidade pacífica ou não; ocorrência em locais abertos ao público.
- e) ausência de armas pelos participantes; desnecessidade de autorização de autoridades públicas.

Questão 109: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

João é ex-jogador de futebol e, embora não graduado em Educação Física, é treinador e monitor de uma escola de futebol. João não tem registro no Conselho Regional de Educação Física – CREF e está sendo compelido, pelo Conselho Regional de sua cidade, a ter registro em seus quadros. O advogado de João explicou-lhe corretamente que, nos termos da Constituição Federal,

- a) seu registro nos quadros do CREF não será obrigatório, ainda que haja lei estabelecendo sua obrigatoriedade, uma vez que a Constituição assegura a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.
- b) o CREF pode obrigá-lo a ter registro, independentemente de qualquer disposição legal, já que possui poder de polícia.
- c) não poderá exercer a profissão de treinador e monitor de futebol caso não haja lei que regule essa profissão, sendo, nessa hipótese, descabida a exigência de registro nos quadros do CREF.
- d) seu registro nos quadros do CREF será obrigatório caso haja lei que imponha essa obrigatoriedade, não sendo suficiente norma interna do CREF a respeito.
- e) o CREF só pode obrigá-lo a ter registro se houver norma interna desse Conselho que imponha a treinadores e monitores de futebol terem registro em seus quadros.

Questão 110: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) não pode haver prisão civil por dívida, exceto nos termos estabelecidos pela própria Constituição.
- b) não é possível a concessão de habeas corpus quando alguém se ache ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, devendo a violência ou coação estarem concretizadas.
- c) pode ser concedido mandado de injunção caso a norma regulamentadora viole o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

d) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

e) qualquer cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo.

Questão 111: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2015

Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre direitos ou garantias individuais ou coletivos previstos na Constituição Federal de 1988.

a) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os crimes dolosos contra a vida e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

b) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por um quinto dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao consumidor, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

e) Conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Questão 112: VUNESP - Ag (CM Jabo)/CM Jabo/Serviços de Comunicação/2015

Um jornalista interpôs recurso contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) que reformou decisão de primeiro grau e o condenou por danos morais contra um ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por abuso no direito de informação. Em sua defesa, o jornalista alegava que a decisão do TJ-SP violou os artigo 5º, inciso IV, e 220 da Constituição Federal, que asseguram

a) ao jornalista o direito de criticar, sem censura, qualquer cidadão.

b) que o abuso ao direito de informação só se configura na ausência de provas do noticiado.

c) fórum privilegiado a todos os jornalistas profissionais.

d) que todos os processos relacionados a danos morais devam ser movidos contra a empresa jornalística a que o profissional está vinculado.

e) o direito à livre manifestação do pensamento e da informação.

Questão 113: VUNESP - Adv Jr (CRO SP)/CRO SP/2015

A respeito dos direitos e garantias fundamentais relativos ao direito à intimidade e à vida privada, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- a) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- b) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano exclusivamente moral decorrente de sua violação.
- c) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional e à investigação dos crimes hediondos e aqueles que lhe forem equiparados por lei.
- d) é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para fins de investigação ou instrução processual cível ou penal.
- e) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, sendo exigível a licença prévia se tais manifestações atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade.

Questão 114: VUNESP - Of Prom (MPE SP)/MPE SP/I/2016

A prática do racismo constitui crime

- a) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, nos termos da lei.
- b) imprescritível e insuscetível de suspensão de direitos e de multa.
- c) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- d) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- e) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de prestação social alternativa.

Questão 115: VUNESP - Adv(CM Itatiba)/CM Itatiba/2015

A recepção dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos pelo Direito brasileiro encontra-se disciplinada pelo atual texto constitucional, que foi alterado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, denominada de Emenda da Reforma do Judiciário, a qual recebeu a devida interpretação do Supremo Tribunal Federal, que, então, definiu que os referidos tratados são recepcionados com o status de

- a) emenda constitucional, se aprovados com o mesmo procedimento previsto para essa espécie normativa, mas, se aprovados com o quorum de maioria simples, terão o status de norma supralegal.
- b) norma supralegal, independentemente do quorum com que foram aprovados, mas aqueles aprovados antes da emenda 45/04 terão status de lei ordinária.

c) emenda constitucional, se aprovados com o mesmo procedimento previsto para essa espécie normativa, mas, se aprovados com o quorum de maioria simples, terão o status de lei ordinária.

d) norma supralegal, se aprovados com o quorum de emenda constitucional, e aqueles aprovados antes da emenda 45/04 terão status de lei complementar.

e) emenda constitucional, se aprovados com o mesmo procedimento previsto para essa espécie normativa, mas, se aprovados com o quorum de maioria simples, terão o status de lei complementar.

Questão 116: VUNESP - Hist (FUNDUNESP)/FUNDUNESP/2016

Assinale a alternativa correta de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal.

a) Será admitida ação pública nos crimes de ação privada, se esta não for intentada no prazo legal.

b) O estrangeiro que cometer crime político ou de opinião será extraditado, no prazo máximo de dez dias.

c) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação contida.

d) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Presidente da República serão equivalentes às medidas provisórias.

Questão 117: VUNESP - Ana (AMLURB)/AMLURB SP/Fiscal de Serviços/2016

Considerando o que estabelece a Constituição Federal a respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, é correto afirmar que

a) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo, todavia, exigida a prévia autorização da autoridade competente.

b) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não cabendo, neste caso, qualquer tipo de indenização ao proprietário, mesmo se houver dano.

d) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

e) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, exceto nas hipóteses previstas em lei federal.

Questão 118: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

Ao analisar decisões do Supremo Tribunal Federal na aplicação do princípio da igualdade, por exemplo na ADPF 186/DF (sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas), é correto afirmar que

- a) as discriminações positivas correspondem a maior efetividade ao princípio da igualdade.
- b) a Constituição Federal não estabelece distinção entre igualdade formal e material.
- c) o princípio da igualdade é absoluto no que se refere à igualdade de gênero.
- d) a diferença salarial entre servidores com igual função em diferentes entes públicos não se sustenta diante do princípio da isonomia, a justificar revisão por parte do Judiciário.

Questão 119: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2015

Diante de informação relativa a iminente publicação de matéria considerada ofensiva à intimidade e à honra de autoridade pública em jornal local, nos termos definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF 130/DF, é possível conceder ordem judicial que

- a) assegure, após configurado o dano causado à honra e à intimidade, a sua reparação.
- b) proíba a inserção da matéria considerada ofensiva naquela publicação jornalística, embora autorizada sua circulação.
- c) proíba a circulação da publicação jornalística considerada ofensiva, com base no art. 5º, V e X, da Constituição Federal.
- d) imponha alteração do conteúdo da matéria a ser divulgada, a fim de riscar ou suprimir expressões ofensivas à honra e à intimidade da vítima.

Questão 120: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2016

São direitos fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal:

- a) a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.
- b) o devido processo legal, a gratuidade do registro civil de nascimento para os reconhecidamente pobres, a livre manifestação do pensamento, e a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, quando verossímeis os fatos alegados ou for ele hipossuficiente.
- c) a razoável duração do processo, a propositura de ação privada para os crimes de ação pública, quando esta não for intentada no prazo legal, a ação de habeas data, e a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- d) a ação de habeas corpus, a liberdade de associação, a vedação no processo das provas obtidas por meios ilícitos, a erradicação da pobreza, e a soberania.

Questão 121: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2016

A duração razoável do processo

- a) é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se no âmbito judicial e administrativo, e tem aplicação imediata.
- b) é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se apenas no âmbito judicial, e tem aplicação imediata.
- c) não é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se no âmbito judicial e administrativo, e tem aplicação imediata.
- d) é garantia fundamental prevista na Constituição Federal, aplica-se apenas no âmbito judicial, e não tem aplicação imediata.

Questão 122: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Remoção/2016

Sobre o direito de reunião previsto no art. 5º, XVI, da Constituição Federal, é correto afirmar que todos podem reunir-se pacificamente,

- a) em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- b) sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- c) sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d) sem armas, em locais abertos ou não ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

Questão 123: VUNESP - Ass Adm I (UNESP)/UNESP/Campus São João da Boa Vista/2016

Conforme o artigo 5º da Constituição Federal, pode-se afirmar corretamente que

- a) é livre a manifestação do pensamento e obrigatório o anonimato para preservar a intimidade e a imagem da pessoa.
- b) é plena a liberdade de associação de caráter paramilitar e para fins lícitos.
- c) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, sendo vedada a indenização por dano moral ou material.
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

e) a obtenção de certidão em repartições públicas, para defesa e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, depende do pagamento das taxas estipuladas pelo Poder Público.

Questão 124: VUNESP - Ass Adm I (UNESP)/UNESP/Campus São João da Boa Vista/2016

A Constituição Federal determina que a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, constitui crime

- a) afiançável.
- b) prescritível e sujeito à pena de reclusão.
- c) inafiançável e imprescritível.
- d) sujeito à pena de banimento.
- e) inafiançável e sujeito à pena de trabalhos forçados.

Questão 125: VUNESP - Cabo (PM SP)/PM SP/Graduação/2014

Dispõe o artigo 5.º da Constituição da República – dos direitos e deveres individuais e coletivos – que é livre

- a) a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- b) a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo quando lei específica dispuser sobre hipóteses de prévia censura ou licença.
- c) o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de qualificações profissionais estabelecidas em legislação própria.
- d) a locomoção no território nacional, em tempo de paz ou em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Questão 126: VUNESP - Ag (IPSMI)/IPSMI/Previdenciário/2016

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o direito à liberdade, como previsto na Constituição Federal de 1988.

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato, desde que assegurado o direito de resposta.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja licença prévia da autoridade competente.
- c) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e tenha sido concedida a devida autorização prévia.

d) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

e) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, ainda que elas possuam caráter paramilitar.

Questão 127: VUNESP - Proc (IPSMI)/IPSMI/2016

De acordo com a Constituição Federal de 1988,

a) o direito à saúde é direito social, de segunda geração, garantido apenas aos brasileiros natos ou naturalizados.

b) a lei não poderá restringir a publicidade de atos processuais.

c) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, exclusivamente, os crimes de tortura, terrorismo, racismo e homofobia.

d) é garantido o direito à herança, desde que respeitada a função social da propriedade.

e) é possível a extradição de qualquer brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, praticados antes ou depois da naturalização.

Questão 128: VUNESP - Sarg (PM SP)/PM SP/CFS - Curso de Formação de Sargentos/2015

Nos termos do Art. 5º da Constituição Federal de 1988 (direitos e garantias fundamentais), é correto afirmar que

a) é assegurado a todos o acesso à informação, não se resguardando o sigilo da fonte.

b) é assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

c) é plena a liberdade de associação para quaisquer fins, vedada a de caráter paramilitar.

d) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, senão em virtude de lei.

Questão 129: VUNESP - Sarg (PM SP)/PM SP/CFS - Curso de Formação de Sargentos/2014

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

a) não haverá júízo ou tribunal de exceção, salvo nos casos de crimes militares.

b) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz ou de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

c) a lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritível e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.

d) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Questão 130: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2016

Quanto à proteção do direito à liberdade, a Constituição Federal assegura que

a) é livre a manifestação do pensamento, garantindo-se o anonimato quando necessário à preservação do sigilo dos atos praticados pelos agentes públicos no exercício profissional.

b) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, mediante prévia licença.

c) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, podendo a lei estabelecer as qualificações necessárias ao exercício profissional.

d) a criação de associações e cooperativas depende de lei específica autorizadora, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

e) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados até 24 horas ao juiz competente ou à família do preso e à pessoa por ele indicada.

Questão 131: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2010

Em face do ordenamento constitucional vigente, é possível a aplicação, no Brasil, de pena(s):

a) de morte.

b) de caráter perpétuo.

c) de trabalhos forçados.

d) de banimento.

e) cruéis.

Questão 132: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2016

O Decreto nº 678/92 promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, sendo certo que, segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, a norma ingressou no sistema jurídico pátrio no status de

a) Lei Ordinária.

b) Lei Complementar.

- c) Norma supralegal.
- d) Emenda à Constituição.
- e) Norma Constitucional Originária, com fundamento no art. 5, § 3º, da Constituição Federal.

Questão 133: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2011

De acordo com os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo que o exercício dos cultos religiosos assim como os locais de culto e a suas liturgias dependerão apenas de prévio aviso às autoridades públicas.
- b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou ainda por determinação judicial, em qualquer horário do dia ou da noite.
- c) É assegurada, mediante o pagamento da respectiva taxa, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- d) Só haverá juízo ou tribunal de exceção nos casos de guerra declarada, estado de sítio ou estado de defesa.
- e) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

Questão 134: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2013

Considerando o texto expresso da Constituição da República, assinale a alternativa que contempla somente crimes que a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

- a) O terrorismo; o crime político; a tortura; e os definidos como hediondos.
- b) A prática do racismo; o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; o terrorismo; e os definidos como hediondos.
- c) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; o terrorismo; e os definidos como hediondos.
- d) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; a prática da tortura; e o terrorismo.

Questão 135: VUNESP - JE TJRJ/TJ RJ/2013

A Constituição Federal brasileira é expressa ao estabelecer que “... são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.” Nesse sentido, assinale a alternativa correta a respeito dessa temática constitucional.

a) A filmagem realizada pela vítima, em sua garagem, situada no edifício em que reside, com gravação de imagens feita com o objetivo de identificar o autor de danos praticados contra o seu patrimônio exige, para a sua validade processual penal, prévia autorização judicial.

b) Dados de escutas ambientais, judicialmente autorizadas como prova em investigação criminal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova.

c) O Supremo Tribunal já cristalizou o entendimento de que não pode ser considerada prova lícita aquela consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro.

d) Não é ilícita a juntada, em autos de processo penal ou de inquérito policial, de cópias de documentos confidenciais de empresa, obtidos, sem conhecimento desta, por ex-empregado.

Questão 136: VUNESP - GCM (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

Considerando as disposições constitucionais acerca da inviolabilidade do domicílio, é correto afirmar que um integrante da Guarda Civil Municipal

a) não pode ingressar, em hipótese alguma, a moradia de qualquer pessoa da Municipalidade ou fora dela, ainda que autorizado.

b) pode ingressar a qualquer hora em caso de flagrante delito ou desastre, mas sem ordem judicial, somente durante o dia.

c) não pode ingressar na casa para prestar socorro, pois esta não é sua atribuição constitucional.

d) pode ingressar com consentimento do morador, ou em caso de flagrante delito ou desastre.

e) não pode ingressar na casa, em hipótese alguma, pois não pode ser executor de mandado judicial.

Questão 137: VUNESP - Proc M (Sertãozinho)/Pref Sertãozinho/2016

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

a) é livre a manifestação do pensamento, garantido o anonimato.

b) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

c) é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

d) a partir do início da vigência da Emenda Constitucional nº 45/04, todos os tratados internacionais relativos a direitos humanos são incorporados no direito brasileiro com hierarquia de emenda constitucional.

e) a lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Questão 138: VUNESP - Proc Jur(CM Marília)/CM Marília/2016

Considere a seguinte situação hipotética. Cidadão X solicita à Câmara Municipal, com base na Lei da Transparência, o valor total dos salários pagos aos Vereadores Municipais, no mês de Dezembro de 2015. A solicitação é efetuada por formulário eletrônico existente no sítio eletrônico da Câmara Municipal, tendo o Cidadão X preenchido os campos referentes ao nome completo, documento de identificação, endereço e síntese do pedido, deixando em branco, todavia, o campo que demanda os “motivos determinantes da solicitação”. Considerando que a informação solicitada pelo Cidadão X já consta no “Portal da Transparência” da Câmara Municipal, a conduta correta, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011, a ser tomada pelo Serviço de Informação ao Cidadão, é

- a) informar ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.
- b) indeferir o pedido de informação formulado, pois embora o acesso a informações de interesse público demande a identificação do requerente e não possa conter exigências que inviabilizem a solicitação, é indispensável o fornecimento dos motivos determinantes da solicitação.
- c) fornecer a informação solicitada, pois a disponibilidade da informação solicitada em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, não desonera o órgão ou entidade pública da obrigação do fornecimento direto, que deverá ser realizado.
- d) notificar ao Cidadão X que ele tem o prazo de 10 (dez) dias para informar os “motivos determinantes da solicitação”, aditando o pedido original; caso o Cidadão X forneça os motivos no prazo assinalado, a Câmara Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para fornecer a resposta, deferindo, ou não, o pedido.
- e) informar ao Cidadão X, preliminarmente, o valor dos serviços de busca e fornecimento de informações; caso o Cidadão X recolha o valor, deverá informar sobre a disponibilidade da informação solicitada em formato eletrônico, desobrigando-se do fornecimento direto.

Questão 139: VUNESP - An Leg (CM Registro)/CM Registro/2016

No que tange aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

- a) é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- b) o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita a todos.
- c) será admitida a ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- d) não pode ser instituída pena de perda de bens.
- e) a prática de tráfico ilícito de drogas constitui crime inafiançável e imprescritível.

Questão 140: VUNESP - As Leg (CM Registro)/CM Registro/2016

Acerca dos Direitos Fundamentais, é correto afirmar que

- a) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão administrativa, exigindo-se, no primeiro caso, a formação da coisa julgada.
- b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização do Poder Público e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo lugar, sendo exigido prévio aviso à autoridade competente.
- c) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar seu desenvolvimento.
- d) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo autorizada a interferência estatal em seu funcionamento.
- e) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

Questão 141: VUNESP - Ass Adm I (UNESP)/UNESP/Campus Itapeva/2017

Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante

- a) títulos da dívida pública.
- b) justa e prévia indenização em dinheiro.
- c) títulos da dívida agrária.
- d) precatórios judiciais.
- e) ordens de pagamento do Tesouro.

Questão 142: VUNESP - Ass SA II (UNESP)/UNESP/Metalografia e Metalurgia/2016

Conforme assevera o artigo 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) as associações poderão ser suspensas ou dissolvidas por interesse público.
- b) depende do pagamento da respectiva taxa a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.
- c) a lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.
- d) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

e) nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, não será admitida a ação privada, culminando com a prescrição do crime cometido.

Questão 143: VUNESP - Ass SA I (UNESP)/UNESP/Campus Ourinhos/2015

Assinale a alternativa que está em conformidade com o texto da Constituição Federal.

- a) É vedado qualquer tipo de prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- b) A Constituição autoriza a imposição legal das penas de trabalhos forçados e de prestação social alternativa.
- c) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- d) O tribunal do júri tem competência para processar e julgar todos os crimes hediondos.
- e) A casa é o asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar exceto por ordem judicial, de dia ou à noite.

Questão 144: VUNESP - Biblio (UNESP)/UNESP/Campus São José dos Campos/2015

Segundo o disposto expressamente na Constituição Federal, o acesso à informação

- a) é assegurado a todos, e garantido o sigilo da fonte, exceto em caso de interesse da Administração Pública.
- b) é assegurado a todos que tenham interesse direto e pessoal na informação, vedado o sigilo da fonte.
- c) é assegurado a todos, e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) é assegurado a todos os interessados, desde que respeitado o direito de privacidade individual, coletivo e do Estado.
- e) é assegurado a todos os interessados, resguardado o sigilo da fonte, quando devidamente autorizado pelo poder público.

Questão 145: VUNESP - Biblio (UNESP)/UNESP/Campus São José dos Campos/2015

Sobre o direito de utilização, publicação ou reprodução de obras, a Constituição Federal estabelece que

- a) está sujeito à classificação e à censura do órgão público competente, objetivando a proteção da família e da moral.
- b) pertence conjuntamente aos autores e às editoras e será regulado por lei federal.
- c) pertence ao respectivo autor, devendo ser regulado por lei federal, perecendo com a sua morte.
- d) é direito coletivo a ser usufruído pelo autor, pela respectiva editora e pelo órgão distribuidor da obra, na forma da lei.
- e) é exclusivo dos autores, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

Questão 146: VUNESP - Tec Leg (CM Poá)/CM Poá (SP)/2016

Prevê a Constituição Federal, sobre os direitos e garantias fundamentais, que

- a) o Município e os demais entes federativos devem observar que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- b) o Município prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado ao qual pertencer.
- c) deverão ser assegurados pelo Município, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões, em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal e os atos destinados à constituição de pessoas jurídicas sob a forma de microempreendedor individual.
- d) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, mediante comunicação à Municipalidade e pagamento da taxa devida.
- e) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem, como, por exemplo, ações de improbidade em face dos Chefes dos Executivos Federal, Estadual ou Municipal.

Questão 147: VUNESP - Ass Adm I (UNESP)/UNESP/Campus Araraquara/2016

Segundo a Constituição Federal, a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas

- a) dependem de autorização do Poder Executivo.
- b) são acompanhadas por uma Comissão Especial criada pelo Poder Legislativo.
- c) independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- d) dependem de Decreto específico do Poder Legislativo, porém é vedada qualquer interferência do Poder Executivo em seu funcionamento.
- e) independem de autorização do Poder Judiciário, porém devem ter seu funcionamento fiscalizado pelo Poder Legislativo.

Questão 148: VUNESP - Ass Adm I (UNESP)/UNESP/Campus Araraquara/2016

Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, pode-se afirmar corretamente que

- a) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade administrativa competente.
- b) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- c) é livre a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

d) nas empresas com menos de duzentos empregados, é assegurada a eleição de três representantes destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

e) são privativos de brasileiros natos ou naturalizados os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de carreira diplomática e de Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Questão 149: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2017

Considere a seguinte situação hipotética.

Grupo de pessoas que se comunica por redes sociais considera que a unificação das polícias civil e militar seria uma medida que aperfeiçoaria a segurança pública no país, porque tornaria o policiamento mais eficiente. Diante disso, resolve o grupo convocar uma manifestação no vão livre do Museu de Arte de São Paulo – MASP, na Avenida Paulista, para o dia 19 de março, domingo, às 11 horas da manhã.

Tendo em vista o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que tal reunião

a) poderá ocorrer livremente, sem o preenchimento de quaisquer requisitos, já que o dispositivo constitucional que prevê o direito de reunião considera-o absoluto e incondicionado.

b) não poderá ocorrer, pois o texto constitucional assegura a liberdade de reunião, mas veda manifestações populares em vias em que haja circulação de veículos, permitindo que ela seja realizada somente em praças ou outros locais assemelhados.

c) poderá ocorrer desde que seja precedida de autorização da autoridade competente e se realize de forma pacífica, não sendo vedado que as pessoas que possuam porte de armas exerçam seu direito na manifestação.

d) não poderá ocorrer, pois, muito embora a liberdade de reunião para fins lícitos constitua uma das mais importantes conquistas da civilização, os temas que envolvem assuntos de segurança não estão assegurados pela liberdade de expressão.

e) poderá ocorrer desde que se realize de forma pacífica, sem armas, seja enviado aviso prévio à autoridade competente e não seja frustrada outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

Questão 150: VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

Sobre os direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal estabelece expressamente que

a) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, exceto as de eficácia contida.

b) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, exceto as de eficácia limitada.

c) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Congresso Nacional, em um único turno, por três quintos dos votos dos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

- d) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- e) os direitos e garantias expressos na Constituição excluem outros, exceto aqueles decorrentes de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

Questão 151: VUNESP - ASJ (TJ SP)/TJ SP/2017

A Constituição Federal de 1988 estabelece um conjunto de valores fundamentais para a sociedade brasileira, a maior parte dos quais se expressa no reconhecimento dos direitos humanos. De natureza declaratória, os direitos fundamentais são enunciados constitucionais considerados essenciais aos cidadãos. Já as garantias têm natureza processual, como mecanismos do poder público asseguradores da proteção ou reparação do direito fundamental. Como princípio absoluto, que organiza as regras civis sobre os direitos da personalidade, diante do qual os demais valores são relativos, está o valor da dignidade. Entre as garantias fundamentais, destaca-se, no artigo 5º, inciso X da Constituição, a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da

- a) imagem das pessoas.
- b) escolha e do exercício laborativo.
- c) liberdade de pensamento e atos.
- d) comunicação da informação.
- e) decisão de ir e vir.

Questão 152: VUNESP - Proc Jur (Alumínio)/Pref Alumínio/2016

No que se refere aos direitos e garantias individuais, é correto afirmar que constitui crime inafiançável e imprescritível a prática de

- a) tráfico internacional de drogas.
- b) racismo.
- c) tortura.
- d) crimes definidos como hediondos.
- e) crimes praticados contra a Administração Pública que importem em atos de improbidade administrativa.

Questão 153: VUNESP - Ag (Alumínio)/Pref Alumínio/Segurança Patrimonial/2016

O artigo 5º, inciso LXI da Constituição Federal determina que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada

- a) de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- b) do Delegado de Polícia ou do Juiz competente.
- c) do Ministério Público competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- d) de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) das autoridades policiais Cíveis, Militares e Federal, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente

Questão 154: VUNESP - Ana Prev (IPRESB)/IPRESB/Administração/2017

No que se refere aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos consagrados no artigo 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação a depender de prévia licença por parte do poder executivo.
- b) As garantias previstas nesse artigo se estendem aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país.
- c) A casa é asilo inviolável e nela se pode ingressar a qualquer hora do dia, ou da noite, independentemente do consentimento do morador.
- d) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata.
- e) O mandado de segurança coletivo só poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e constituído há pelo menos cinco anos.

Gabarito

1) E	16) A	31) D	46) C	61) B	76) A	91) B	106) A	121) A	136) D	151) A
2) E	17) B	32) C	47) C	62) D	77) C	92) C	107) D	122) B	137) C	152) B
3) D	18) E	33) C	48) D	63) A	78) D	93) A	108) E	123) D	138) A	153) D
4) A	19) D	34) B	49) A	64) C	79) E	94) A	109) D	124) C	139) C	154) B
5) E	20) C	35) B	50) C	65) B	80) E	95) D	110) A	125) A	140) C	
6) A	21) B	36) B	51) B	66) C	81) E	96) B	111) B	126) D	141) B	
7) A	22) C	37) B	52) E	67) E	82) A	97) E	112) E	127) E	142) D	
8) E	23) B	38) C	53) A	68) B	83) B	98) D	113) A	128) B	143) C	
9) D	24) E	39) E	54) E	69) D	84) A	99) D	114) C	129) D	144) C	
10) B	25) A	40) D	55) D	70) E	85) D	100) B	115) A	130) C	145) E	
11) B	26) A	41) B	56) E	71) C	86) C	101) A	116) D	131) A	146) A	
12) E	27) E	42) A	57) C	72) B	87) B	102) E	117) D	132) C	147) C	
13) D	28) D	43) E	58) B	73) B	88) D	103) D	118) A	133) E	148) B	
14) C	29) A	44) B	59) A	74) A	89) A	104) E	119) A	134) C	149) E	
15) C	30) D	45) B	60) A	75) C	90) A	105) A	120) C	135) B	150) D	